



**TERMO DE INSPEÇÃO**

**RELATÓRIO Nº.: 014/2019**

**OBJETO:** PARECER DA UCCI SOBRE ATENDIMENTO DE PRAZOS REFERENTE AO ENVIO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS NO PROCESSO DE INATIVAÇÃO 012628-0200/16-1, EM NOME DE JEFONI HUMBERTO DEROSSO – REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 59697-2018.

**ORIGEM**

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

**SETOR/DEPTO.:** DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

**CONTATO/FUNÇÃO.:** ILTON SCHEER - OPERADOR SAPIEM-TCE/RS

**DOCUMENTO/DATA:** OA: 0024/2019 - 06/02/2019

**EQUIPE ENCARREGADA**

**SERVIDOR/FUNÇÃO:** ANELIZE NATALE MUNHOZ - Auditor UCCI

**Relatório conclusivo:**

Elaborado termo de inspeção conforme documentos em anexo.

**Encaminhamento:**

Visto da Coordenadora UCCI; Arquivo.

Pelotas, 15 de fevereiro de 2019.

ANELIZE NATALE MUNHOZ

Auditor(a) UCCI

NORMA GONÇALVES XAVIER

Coordenador(a) UCCI



### Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Lei 11.419 de 19 de Dezembro de 2006. **Dispõe sobre a informatização do processo judicial**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11419.htm) > Acesso em: 15 out. 2018.

PELOTAS, Lei 4489/2000, **Aprova o Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município**. Alterações: Leis nº. 6548/2018, 5.831/2011, 5.740/2010, 5.726/2010, 5.648/2009, 5.637/2009, 5.542/2009, 5.174/2005, 4.919/2003, 4.832/2002 e 4.798/2002. Disponível em: <[http://sapl.camarapel.rs.gov.br/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=544](http://sapl.camarapel.rs.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=544)> Acesso em: 15 out. 2018.

TCE-RS Resolução 1009/2014, **Dispõe sobre os critérios a serem observados na apreciação das contas de governo, para fins de emissão de parecer prévio, e no julgamento das contas de gestão dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências**. RS, março/2014. Disponível em:



<[https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4\\_CD\\_LEGISLACAO:570497](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4_CD_LEGISLACAO:570497)>

Acesso em: 15 out. 2018.

TCE-RS Resolução 1020/2014, **Regulamenta a implantação e o uso de meio eletrônico na tramitação de documentos e processos, comunicação e transmissão de dados e atos processuais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, por meio do sistema denominado e-TCERS.** Disponível em:

< [https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4\\_CD\\_LEGISLACAO:636959](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4_CD_LEGISLACAO:636959) >

Acesso em: 15 out. 2018.

TCE-RS Resolução 1081/2017, **Dispõe sobre as normas e procedimentos de envio, em meio eletrônico, de informações, dados e documentos relativos aos atos de inativação, pensão, complementação de proventos, complementação de pensão, revisão de proventos e revisão de pensão da esfera municipal examinados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.** Disponível em:

< [https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4\\_CD\\_LEGISLACAO:832232](https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO::P4_CD_LEGISLACAO:832232) >

Acesso em: 15 out. 2018.